

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS

C I C L O D E D E B A T E S

Nova política EXTERNA

espaço
democrático

Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

ENCONTRO DEMOCRÁTICO

Agosto.2016

espaço
democrático

Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

Encontros Democráticos são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

RELAÇÕES EXTERIORES: o Brasil precisa saber o que quer

Depois de mais de uma década praticando uma política externa que muitas vezes contrariou os interesses nacionais, sem trazer resultado expressivo em termos diplomáticos ou comerciais, o Brasil tem no governo Temer a chance de reverter essa situação, adotando como norma a defesa dos interesses e valores nacionais e buscando se reaproximar dos maiores mercados do mundo. Essa foi a avaliação que o ex-embaixador Rubens Barbosa fez no Encontro Democrático realizado em agosto de 2016 pelo Espaço Democrático.

Barbosa, que já representou o Brasil em Londres, em Washington e na Aladi (*Associação Latino-Americana de Integração*) e preside vários organismos voltados para o comércio exterior, alertou, no entanto, para a necessidade de o Brasil definir de forma clara e permanente seus objetivos nas relações exteriores. “Todos os resultados dependem disso”, afirmou.

Coordenado pelo economista Luiz Alberto Machado, o Encontro Democrático teve a participação de dirigentes e militantes do PSD, de acadêmicos da área de Relações Externas e de candidatos do partido às eleições municipais. Faz parte de longa série de debates realizados pelo Espaço Democrático para discutir questões de interesse da sociedade brasileira e produzir conteúdo que sirva de base para as ações e propostas de parlamentares e gestores do Partido Social Democrático.

Em sua palestra, o embaixador Rubens Barbosa afirmou que, durante os governos Lula e Dilma Rousseff, optou-se por definir a política externa brasileira com base na visão de mundo do Partido dos Trabalhadores, na qual os Estados Unidos são um país decadente e a globalização chegou ao fim. “A partir daí, chegou-se à conclusão de que era preciso mudar o eixo de relacionamento externo, passando-se a privilegiar a relação com países em desenvolvimento”, explicou.

Esta é a íntegra da palestra e dos debates que se seguiram. Boa leitura.



LUIZ ALBERTO MACHADO: Boa tarde a todos, obrigado pela presença, bem-vindos a mais um Encontro Democrático, que hoje tem a satisfação de receber o embaixador Rubens Barbosa, que vai falar sobre a nova política externa brasileira. O embaixador é conhecido de todos, mas quero apenas citar os seus cargos mais importantes: foi embaixador do Brasil nos Estados Unidos e na Inglaterra, e também embaixador junto à Associação Latino-Americana de Integração - ALADI. Hoje, entre as atividades que desempenha na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, ele criou recentemente o Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior. É um homem de agenda bastante ocupada, de tal forma que só nos resta agradecer por ele ter aberto este espaço para a Fundação Espaço Democrático. Como sempre, embaixador, a ideia é que o senhor fale por volta de uns 30, 35 minutos e depois a gente tenha tempo igual destinado a perguntas.

RUBENS BARBOSA: Boa tarde a todos, muito obrigado pelo convite. Eu vou entrar direto no assunto. Antes de me referir às novas diretrizes do Itamaraty, é importante ter, como plano de fundo, uma ideia do que o PT fez nesses 13 anos. Na próxima semana vou escrever um artigo para o jornal O Estado de S. Paulo sobre o balanço dos cinco anos da Dilma na área externa. Eu também tenho um outro trabalho sobre o balanço do lulopetismo nesses 13 anos na política externa e comércio exterior.

O PT, quando assumiu o governo, em 2003, trouxe para o Itamaraty e para o cenário nacional uma nova visão de mundo e foi por isso que se diferenciou, em muitos aspectos, da política externa tradicional. As novas diretrizes estão sendo tomadas agora porque havia essa visão de mundo do PT, que considerava que os Estados Unidos eram um país em decadência, que a globalização tinha acabado e que nós tínhamos que mudar o eixo da dependência comercial do Brasil,



“ O multilateralismo foi levado a um extremo, sobretudo na área comercial e o País ficou nesses 13 anos pendurado nas negociações multilaterais da rodada de Doha. Com o fracasso da rodada de Doha, com a crise do multilateralismo e com a crise da Organização Mundial do Comércio ficamos reduzidos a pouquíssimos acordos comerciais e praticamente isolados do mundo da negociação comercial. ”

dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. E havia outras visões - destaquei aqui só duas ou três principais. Em decorrência dessa visão de mundo, o PT iniciou políticas que, no fundo, não mudaram a essência das prioridades da política externa. Mas mudaram as ênfases com que os governos do PT e o Partido Trabalhista trataram as políticas tradicionais. Por exemplo, a relação com os países em desenvolvimento, que passou a ser a relação Sul/Sul, com uma grande ênfase político-partidária.

O multilateralismo foi levado a um extremo, sobretudo na área comercial e o País ficou nesses 13 anos pendurado nas negociações multilaterais da rodada de Doha. Com o fracasso da rodada de Doha, com a crise do multilateralismo e com a crise da Organização Mundial do Comércio ficamos reduzidos a pouquíssimos acordos comerciais e praticamente isolados do mundo da negociação comercial. E dessa visão do mundo decorrem políticas - e das políticas decorrem resultados.

Não há que se dizer que não houve resultados na política nesses últimos 13 anos. Houve alguns avanços importantes. Por exemplo, a institucionalização dos Brics. Acho que foi uma política de médio e

longo prazos importante. Houve algumas iniciativas políticas, criando alguns órgãos aqui na região, tipo Unasul, Celac. E há outros exemplos de que houve avanços e resultados positivos. Agora, na maioria dos casos, nas ênfases a novas políticas externas que já existiam, a maioria dos resultados, na minha opinião, foi muito negativa. Do ponto de vista das relações Sul/Sul, as prioridades foram a África e o Oriente Médio, sem falar na integração regional no Sul e Mercosul. Se vocês pegarem as estatísticas do comércio exterior do Brasil nas relações com a África e o Oriente Médio, de 2013 a 2015, verão que houve pouca variação em termos percentuais. As relações comerciais do Brasil com os países africanos e do Oriente Médio continuam marginais. Quer dizer, houve um grande esforço - o presidente foi não sei quantas vezes à África, não sei quantas vezes ao Oriente Médio, foram criadas embaixadas, foram feitos empréstimos nem todos tão transparentes. E o resultado comercial para o Brasil dessas ofensivas foi de 3,2 por cento, se muito. Hoje estamos com 3,5 a 3,7 por cento. Então, o resultado comercial dessas ofensivas Sul/Sul foi, na minha opinião, muito limitado. Por causa dessa prioridade ao multilateralismo ficamos muito isolados. O



Mercosul ficou isolado, o Brasil ficou muito isolado, não dos fluxos de investimentos, mas das negociações comerciais, que são muito importantes para a criação de empregos, para a receita interna.

O isolamento se repetiu no Mercosul, no número de acordos. Fizemos três acordos sem nenhuma relevância comercial com Israel, com o Egito, com a Autoridade Palestina e ficamos isolados dessa grande onda de acordos bilaterais que ocorreu. Se vocês entrarem no site da OMC vão ver que há mais de 400 acordos comerciais e o Brasil e o Mercosul firmaram três. O Mercosul está do jeito que está. Quer dizer, como não havia avanços na área comercial, o PT transferiu o esforço de integração para a integração

social e política. Nada contra, já existia isso antes. Agora, não é possível que o Mercosul se limite a essa integração política e social. O Mercosul se transformou num fórum de discussões políticas e sociais, ignorando totalmente as negociações comerciais e a cooperação dentro da região. E a integração regional é um dos grandes problemas da política externa brasileira hoje.

O Brasil, nesses 13 anos, ficou a reboque dos acontecimentos. Ficamos, de certa maneira envergonhada, mas nos filiamos ideologicamente ao bolivarianismo, adotamos uma série de políticas que chamei de “generosidades” com a Bolívia, o Paraguai e com outros países. E em termos de integra-

ção regional, o PT colocou a solidariedade acima do interesse nacional. Quer dizer, o interesse nacional brasileiro, em muitos casos atuou assim. Eu posso mencionar um, que é o mais gritante - a expropriação das refinarias da Petrobras na Bolívia. Neste episódio, o PT até elogiou a Bolívia, alegando que era um país pobre, que tinha autonomia para fazer o que fez. E não defendeu o interesse nacional. E foi assim com muitos países. Com a Venezuela, basta lembrar que a famosa refinaria Abreu e Lima, que tanta corrupção gerou, foi criada e sugerida pelo Hugo Chávez, o nome da refinaria foi dado pelo Hugo Chávez, o Estado (Pernambuco) foi definido por Hugo Chávez, e o Lula aceitou tudo isso. Quer dizer, o Brasil ficou a reboque dos acontecimentos, sem iniciativa e seguindo muitas vezes políticas e agendas que não eram as nossas.

Então esse é o contexto, muito simplificado, em grandes traços, na minha visão, do que o PT fez nesses últimos anos em termos de política externa e comércio exterior. E aí muda o governo com Temer, interinamente, o Serra vai para o Ministério das Relações Exteriores e ele, na posse, determina mudanças importantes na política externa com a adoção de dez diretrizes que ele numerou quando assumiu o Itamaraty.

A primeira diretriz é a defesa dos interesses do Brasil acima de preferências ideológicas, de partidos políticos e de aliados no exterior. É o que eu mencionei. O PT trouxe para a política externa a visão do partido. Houve uma influência partidária muito grande. E essa política, na minha visão, não refletia os interesses do Brasil. O Serra, na sua primeira diretriz, diz que essa preferência partidária e de alguns aliados na região teria de ser superada, para voltar àquilo que o Itamaraty sempre fez. O Itamaraty sempre teve uma política que não fazia ziguezagues, uma política clara em defesa de valores de Estado, da Nação, e não de um governo - e jamais de um par-

tido. O Barão do Rio Branco, ao assumir o ministério, em 1903, havia sido um político influente no Império e era na República. Ao assumir, em seu discurso de posse, ele já se referia a isso. Ele disse que não iria utilizar o Itamaraty a serviço de um partido político, que isso não era consentâneo com os interesses do País, que eram duas coisas diferentes. E ele assim o fez. Então, essa primeira diretriz é importante porque é uma guinada. A influência político-partidária do PT na política externa, entre outros fatores - estou apenas mencionando rapidamente alguns elementos - quebrou o consenso.

Vocês sabem que mesmo durante o regime militar o Itamaraty era uma unanimidade. Tirando os primeiros meses do movimento de 1964, o Itamaraty se afirmou. Nas comissões de investigação, quem presidia os trabalhos eram diplomatas. Agora, quando houve esse problema em torno do Eduardo Sabóia (diplomata brasileiro que auxiliou na fuga do senador boliviano Roger Pinto Molina para o Brasil), quem presidiu o inquérito não foi um diplomata, mas outro funcionário, de fora da chancelaria. O Itamaraty, no governo militar, se afirmou com políticas próprias, o que não fez com o Celso Amorim, que logo se filiou ao partido e pela primeira vez na história da política externa, o Itamaraty teve um ministro filiado a um partido político, como foi o caso do Celso Amorim. E depois, os outros ministros que o sucederam não tiveram nenhuma expressão política na defesa dos interesses da política externa. Seguiram a orientação que vinha da presidência da República, sobretudo do assessor parlamentar, Marco Aurélio Garcia.

A segunda diretriz que Serra fixou é a defesa dos valores que já defendemos internamente. O Brasil defende a democracia, os direitos humanos, e durante o período do PT deixamos de fazer isso em termos regionais e também mais globais. Vocês se lembram que durante os Jogos Panamericanos



Vocês lembram que durante os Jogos Panamericanos dois pugilistas cubanos pediram asilo ao Brasil? O governo Lula, ao contrário de todos os princípios do Itamaraty, devolveu os pugilistas a Cuba. Desrespeitou os direitos de asilo e os mais mezinhos direitos humanos que o Brasil defende internamente. A mesma coisa com a defesa da democracia.



dois pugilistas cubanos (Guillermo Rigoudeaux e Erislandy Lara) pediram asilo ao Brasil? O governo Lula, ao contrário de todos os princípios do Itamaraty, devolveu os pugilistas a Cuba. Desrespeitou os direitos de asilo e os mais mezinhos direitos humanos que o Brasil defende internamente. A mesma coisa com a defesa da democracia. Nós estamos vendo o que está acontecendo na Venezuela. E até recentemente, até o fim do governo Dilma, o Brasil coonestava e apoiava tudo o que estava acontecendo na Venezuela. Apoiou o que aconteceu na Bolívia e tudo o que acontecia na Argentina também. Então, a segunda diretriz é a defesa da democracia, das liberdades e dos direitos humanos, em qualquer país e em qualquer regime político.

A terceira diretriz é a de que o Brasil ampliará sua responsabilidade especial em matéria ambiental. Durante o governo petista, houve várias conferências,

sobretudo agora, no final do governo da Dilma, e o governo do PT assumiu posições corretas na matéria ambiental. O que o Serra está dizendo é que, além dessa responsabilidade especial que nós temos, ele vai levar em consideração toda a importância que o Brasil tem, por ter no seu território a Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, uma das maiores reservas de água doce do mundo e uma das maiores biodiversidades do planeta. E uma matriz energética limpa e renovável.

Então o Brasil, além de reagir também, como aconteceu na área ambiental, o Brasil terá, segundo o Serra, uma atitude pró-ativa e pioneira nas negociações de mudanças do clima e do desenvolvimento sustentável. Essa também é uma mudança importante na percepção que o Itamaraty tem desses problemas. O Itamaraty, junto com o Ministério do Meio Ambiente, é que define as políticas na negociação nessa área. Vai haver uma agora, no comecinho do ano, no Marrocos. E o Bra-



sil vai se envolver mais do que se envolveu no passado.

A quarta diretriz é que o Brasil, nos organismos internacionais políticos, sobretudo na ONU, e em todos os fóruns globais e regionais, vai desenvolver uma ação construtiva a favor de soluções pacíficas e negociadas de conflitos e uma adequação das estruturas desses organismos aos novos desafios internacionais. Vocês se lembram que, no Mercosul, por exemplo, para não falar de outras áreas, durante o conflito entre a Argentina e o Uruguai por causa das chamadas papeleiras, as indústrias de produção de papel, a Argentina fechou as fronteiras e se criou um caso tremendo. E o Brasil se recusou a interferir nessa questão. Nessa nova linha de atuação política, isso não vai acontecer. Se o Brasil puder interferir para resolver um problema, vai interferir e não evitar essas crises e conflitos, em que poderia se envolver e não se envolveu.

A quinta diretriz diz respeito ao comércio inter-

nacional. Ao contrário do que aconteceu nesses últimos 13 anos em que a política de estratégia e a política de negociação comercial privilegiaram a OMC (Organização Mundial do Comércio), aqui há uma mudança substantiva. Durante esses 13 anos o governo brasileiro ficou contando com resultados positivos nas rodadas de Doha. Aliás, eu nunca acreditei na negociação de Doha. Já na Fiesp, quando voltei de Washington, a partir de 2004, eu disse que ela não sairia, por uma série de razões que não cabe aqui ampliar. Mas aconteceu isso: a rodada de Doha fracassou e não saiu dali nenhuma medida importante de liberalização do comércio. Aconteceu que o Brasil ficou pendurado nessas negociações multilaterais, sem avançar em nada na agenda bilateral. Então, o Serra diz que vai mudar. A ênfase será a negociação de acordos comerciais no âmbito do Mercosul e esperamos que os outros parceiros do bloco também sigam isso.



No tempo da Cristina Kirchner (Argentina) e do Uruguai, havia uma relutância, também por parte do (José) Mujica (ex-presidente uruguaio), e também aqui no Brasil, uma resistência forte em ampliar esses acordos comerciais. A filosofia partidária desses governos era contrária ao engajamento e aos acordos bilaterais. Eles preferiam seguir as discussões multilaterais. Achavam que os acordos bilaterais eram contra os interesses dos seus países porque determinavam especialização e vulnerabilidades para a economia. Isso manteve o País ao lado, à margem dessas negociações comerciais. Como eu disse, apenas três acordos foram assinados, contra mais de 400 acordos negociados no mundo inteiro. E acrescentando mais nesses últimos anos, a negociação de mega-acordos comerciais. Nós tivemos o mega-acordo envolvendo 12 países: o Japão, três países das Américas - Peru, Chile e México e outros sete países da Ásia. Mas a entrada do Japão foi muito significativa.

Esse tratado que agora está sendo torpedeado na eleição norte-americana foi feito segundo

os interesses americanos. Eu não acredito que qualquer que seja o presidente americano vá manter essa crítica ao PTC, que ele vai ser contrário a isso. Eles conseguiram moldar o PTC segundo regras que interessavam às empresas americanas. Isso foi muito importante para os Estados Unidos. Foi uma das grandes conquistas do Obama. Acho que o futuro governo, apesar de todas as restrições que estão sendo feitas agora, vai manter esse acordo. No nosso caso, então, vamos continuar acompanhando o que acontece também no fórum multilateral, que vai ter que mudar. Mas o Brasil vai ter que se ajustar a isso. Por exemplo, estão sendo negociadas, fora da OMC, todas as regras de PTT. Foram negociadas fora da OMC, são regras que vão além da OMC, não existiam na OMC, e regras que estão coerentes com as que estão dispostas na OMC. Mas e estas regras que não estão na OMC, como é que ficam?

Toda a implementação desse acordo vai ser feita fora da OMC - e o Brasil está fora disso. Além desse espaço das regras da PTT, estão sendo discutidos

acordos plurilaterais. Como se sabe, na OMC os acordos são multilaterais, tem que ter a aprovação de todos os 192 membros. O que ocorre hoje é que estão sendo discutidos. Já foi feito um acordo de facilitação de comércio e o Brasil, no fim, acabou aderindo, fazendo uma discussão de acordo de serviços, de bens, de meio-ambiente... Isso tudo está sendo feito fora da OMC e o Brasil se excluiu dessas negociações. Então, essa diretriz de mudar a estratégia de negociação comercial é muito importante.

A sexta diretriz é a vinda da Camex (*Câmara de Comércio Exterior*) e da Apex (*Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos*) para o Itamaraty. Foi muito importante a decisão do presidente da República, a pedido do Serra, de transferir para o Itamaraty a Apex, que é a agência que promove as exportações, e a Camex, que é o órgão colegiado que deveria tratar de todas as questões políticas relacionadas ao comércio exterior. A Apex estava no Ministério da Indústria e Comércio brigando com o Itamaraty na maior parte do tempo - ou, se não brigando, não se coordenando com o Itamaraty. E a Camex estava num terceiro escalão, sem nenhuma força política, e agora foi colocada diretamente na presidência da República, subordinada ou presidida pelo presidente. O ministro das Relações Exteriores é o vice-presidente e a Secretaria Executiva fica no Itamaraty. Isso é uma grande transformação política no comércio exterior. Se essas medidas forem mantidas por muito tempo, trarão um impacto muito importante para a operação do comércio exterior. No caso da Apex, para a decisão de políticas comerciais. Isso é muito importante. Vocês estão vendo o que ocorreu durante todo o governo Lula e estão vendo agora também com o governo Temer: a prevalência da política macroeconômica sobre a política industrial e a política de comércio exterior é absoluta. Isso cria

um desbalanço tremendo.

Não temos uma política industrial, não temos uma política de comércio exterior, porque a questão do câmbio, das taxas de juros, prevalecem sobre outros interesses de crescimento da economia, de geração de emprego. Ocorreu durante muito tempo no governo Lula, em que o câmbio ficou apreciado durante oito anos, e ocorreu com o governo Dilma também - nesse primeiro semestre o câmbio se depreciou 18% e agora, nas últimas semanas, houve de novo uma apreciação, o que já está prejudicando as exportações brasileiras. Então, essas são principais mudanças na política externa e na política de negociação comercial.

A sétima diretriz é a parceria com a Argentina. A prioridade com essa parceria foi clara. A primeira visita do Serra foi a Argentina e a renovação do Mercosul está sendo discutida internamente no Itamaraty. Estamos no meio de uma crise. Eu não vou entrar nisso aqui, mas se vocês quiserem podemos falar da transferência da presidência (do Mercosul) para a Venezuela. E também uma nova visão sobre uma aliança para o Pacífico com o México. Essas prioridades para a região foram explicitadas pelo ministro Serra como diretriz - a prioridade com a Argentina, com o Mercosul, com a aliança do Pacífico com a Colômbia, o Peru, a Bolívia, o Chile e com o México. Estamos tentando negociar o acordo com o México.

A oitava diretriz é a volta da prioridade aos países desenvolvidos. No período do lulo-petismo, tivemos como prioridade máxima o Sul-Sul. Os países desenvolvidos - Estados Unidos, União Europeia e Japão - foram marginalizados totalmente. Eu peguei um ano e meio em Washington e pude sentir o começo disso na relação com os Estados Unidos. Acabou com a crise do monitoramento e o cancelamento da visita da Dilma aos Estados Unidos e toda a marginaliza-

“ O Serra já mostrou a nova faceta da política externa ao criticar abertamente a falta de democracia na Venezuela, ao ter uma posição firme em relação à Venezuela no Mercosul. Ao mencionar como prioridade da sua gestão a questão das fronteiras e a luta contra o contrabando, o crime transnacional, as drogas, as armas. E ele também está dedicando uma atenção especial à questão da integração regional. ”

ção da relação com o maior país do mundo em termos militares, políticos, econômicos, comerciais, um dos maiores mercados do mundo, junto com a China. A gente deixou de lado. Então, agora estamos ampliando a negociação com a União Europeia, voltando a dar prioridade aos Estados Unidos. E vamos dar novas prioridades ao Japão, também. Então, a expansão do comércio e dos investimentos com esses países vai ser fundamental. Há toda uma agenda que está sendo reativada.

A nona diretriz é a prioridade com os novos parceiros da Ásia, em especial a China, e a volta das relações com a África, não no sentido paternalista com que o governo do PT, sobretudo o do Lula, tratava a África - sempre que ele falava do nosso passado, estava indiretamente falando da escravidão. Agora não, estamos focando a África como um parceiro comercial normal, à qual temos que dar toda a atenção. A China e a Índia são importantes parceiros e estamos dando

toda a prioridade a essas relações. Essas são as novas prioridades que o Serra colocou quando tomou posse. Estamos entrando numa nova fase.

O papel do Itamaraty com a Apex e a Camex se transformou e vamos entrar em políticas mais concretas. Eu falei muito genericamente, mas o Serra está dando algumas pistas do que ele quer fazer. O Serra já mostrou a nova faceta da política externa ao criticar abertamente a falta de democracia na Venezuela, ao ter uma posição firme em relação à Venezuela no Mercosul. Ao mencionar como prioridade da sua gestão a questão da defesa das fronteiras e a luta contra o contrabando, o crime transnacional, as drogas, as armas. E ele também está dedicando uma atenção especial à questão da integração regional. Em conversas que tivemos, eu até sugeri a ele que enfocasse a questão da Hidrovia Paraná-Paraguai e ele abraçou este tema. É uma das prioridades que ele vai divulgar e coordenar no âmbito do Mercosul.



FERNANDA MAGNOTTA: Eu tenho duas perguntas. O senhor mencionou as eleições nos Estados Unidos. Eu gostaria de saber como o senhor vê o futuro dessas relações, com as eleições presidenciais nos Estados Unidos. Depois eu gostaria de ouvi-lo sobre o relacionamento bilateral em função dos últimos episódios registrados no Mercosul. Após a posse do ministro Serra, o Brasil tem sido bastante agressivo e duro na maneira como se posiciona e muitos dizem que isto pode gerar um desgaste com os Estados Unidos na medida em que poderiam ser criadas instabilidades regionais com os quais os norte-americanos não tem que se preocupar hoje. O senhor vê sentido neste tipo de análise?

RUBENS BARBOSA: Sobre o futuro da relação do Brasil com os Estados Unidos, acho que daqui até 2018 vamos reativar mecanismos que estavam paralisados. As relações estão institucionalizadas. Há mecanismos de coordenação, diálogos, grupos de trabalho que não foram ativados durante todo o governo do PT - e assuntos de interesse como energia, meio ambiente. Acho que agora, com o Temer e

o Serra, vamos reativar essas relações. Mas nós também temos que reativar a promoção da comercial do Brasil nos Estados Unidos. Eu gosto sempre de dizer que nós - o setor privado, o governo, os grupos de interesse - não sabemos o que queremos. O que a gente quer em relação aos Estados Unidos, em relação à União Europeia, a América do Sul. A gente não tem claro isto.

Sobre a sua segunda pergunta, não acho que essa posição do Brasil vai gerar instabilidades aqui na região. O Brasil está voltando a defender os seus interesses. Isso é o mínimo. Não acho que o governo brasileiro defendeu os interesses brasileiros ao adotar uma plataforma partidária, que defendia a solidariedade em troca de nada, que defendia valores que se mostraram meio falsos porque foram distorcidos. Acho que o Brasil, sobretudo aqui na região, tem que afirmar uma liderança. Sou um dos poucos dentro do Itamaraty que acham que o Brasil tem que assumir uma liderança. Porque temos 70% do que é produzido na região. Se o Brasil crescer, todo mundo vai crescer. E vamos ter problema de imigração, porque todo mundo vai querer vir trabalhar aqui, como já acontece hoje com bolivianos, haitianos. Então, não vejo dureza nenhuma na ação do Itamaraty quando defende posições.

Eu fui depor várias vezes no Senado sobre o protocolo de adesão. A Venezuela aderiu em 2006. Há um protocolo de adesão que não é cumprido há 10 anos. E ela só entrou no Mercosul plenamente depois que o governo Dilma, junto com a Cristina Kirchner (*ex-presidente da Argentina*), com o (*Nicolás Maduro* (presidente da Venezuela), fizeram o que fizeram com o Paraguai. O Paraguai estava cumprindo a Constituição. E deram um golpe no Paraguai. Houve uma distorção grande que gerou instabilidade. Não acho que o Brasil, defendendo seus interesses,

“...a América do Sul é o Extremo Ocidente, está no fim do mundo. A gente não é nuclear, não é nada. Os Estados Unidos estão se lixando para a Venezuela porque isso não afeta o interesse deles.”

esteja agindo com dureza. Está só defendendo o seu interesse. O interesse nosso é fazer com que a Venezuela cumpra o protocolo de adesão. Se não cumprir o protocolo, a proposta é de suspender a Venezuela de membro pleno. Ela não está participando de nada - com a União Europeia ela está fora da negociação. E agora, como é que se pode admitir a passagem da presidência (do Mercosul) do Uruguai para a Venezuela com a situação política e econômica interna da Venezuela? Seria a desmoralização do Mercosul. É a defesa do interesse brasileiro impedir que a Venezuela assuma a presidência. Seria mais desmoralizante o Maduro assumir a presidência do Mercosul do que o que aconteceu agora, o impasse criado por causa de problemas ideológicos no Uruguai. Essa é a realidade. Tem um movimento mais radical no Uruguai que pressiona, dentro da Frente Ampla, o governo do Tabaré Vázquez a não aceitar. É uma questão ideológica. Aqui na América Latina a gente fica sempre olhando para os Estados Unidos, querendo saber o que os eles podem fazer por nós. Quando eu estava lá, cansei de dizer isso. Nós não estamos pedindo nada aos Estados Unidos. Nós não temos que ficar esperando o que os Estados Unidos

podem fazer pelo Brasil. O que a gente quer é investimento, mais comércio. E isso depende da gente. Quando eu estava em Washington, fiz um exercício para saber qual era a prioridade da América Latina dentro da política externa americana. Numa lista de prioridades, a gente vai estar entre 15° e 20°. Eu costumava dizer que a América Latina está no radar dos formuladores da política externa americana. Só há dois tipos de país que atraem o interesse americano. Primeiro, os estados falidos - Iraque, Síria, Líbia, Coreia do Norte. Eles têm um foco aí, porque esses países, a qualquer momento, podem criar um problema que desestabilize uma região. Por exemplo, a Coreia lançar um míssil - isto desestabiliza a ordem mundial.

O segundo grupo são daqueles países que identificam como de interesse deles. Não adianta fazer propaganda, ir lá dizer que você é bom, que você é isso, que é aquilo. Se eles não acharem que você é tudo isso, não adianta nada. O que temos que fazer é criar condições para que eles achem que o Brasil é importante para eles, para as empresas americanas, para os interesses americanos. Porque a América do Sul é o Extremo Ocidente, está no fim do mundo. A

gente não é nuclear, não é nada. Os Estados Unidos estão se lixando para a Venezuela porque isso não afeta o interesse deles. No momento em que, na Colômbia, havia a guerrilha, o narcotráfico, eles fizeram o plano Colômbia. Porque afetava o interesse deles. Então, colocaram bilhões de dólares lá para resolver o problema. Sou muito objetivo na questão do relacionamento com os Estados Unidos. Vivi cinco 5 anos lá como embaixador e sei como é a coisa. Eles são muito objetivos: se interessa para nós, a gente vai. Se não interessa, você regulamente, crie segurança jurídica, estabilidade econômica... Quando você crescer, apareça.



EDUARDO PAVÃO: Como conciliar os interesses de indústria e produtores, que dependem de um dólar alto para poder competir em igualdade no mundo, com uma economia que é alimentada fundamentalmente por commodities, cujas oscilações jogam o dólar para cima ou para baixo, sem ter uma política cambial artificial?

Outro ponto é sobre a precarização dos mercados de trabalho com o TTP (*Tratado Transpacífico*), tema

que vem sendo explorado na campanha eleitoral norte-americana. Nós, do setor sindical, nos preocupamos com a postura que o Brasil teria na preservação do seu mercado de trabalho.

RUBENS BARBOSA: O câmbio não resolve nada sozinho. O principal problema da economia brasileira, hoje, é a perda de competitividade. E aí há toda uma agenda que o PT não tocou. É o preço da energia, que se deteriorou, as reformas trabalhista e tributária, a ineficiência, a burocracia, a logística, enfim, tudo isso que a gente sabe. Durante esses últimos 13 anos, ficamos mais de 10 com o câmbio apreciado. Com isso, as exportações das manufaturas brasileiras foram para o espaço. A indústria sofreu muitíssimo e aumentou o desemprego. Nós ficamos, durante muitos anos, presos a uma política macroeconômica que ia contra o interesse dos trabalhadores no governo de um partido dos trabalhadores. Esta é uma constatação que pouca gente faz, mas é verdadeira. Hoje temos 12 milhões de desempregados pela política que foi colocada nesses últimos anos e não nos últimos dois meses. É uma situação muito complicada. Apesar de a maioria dos produtos ser *commodities*, a apreciação do câmbio prejudicou não as commodities, mas as manufaturas. E gerou toda essa situação que estamos vivendo. Por isso eu digo que essa mudança, de passar a Camex do terceiro escalão para o presidente da República, vai permitir que duas visões - a macroeconômica do Meirelles e a visão do Serra - sejam discutidas, porque até agora não havia um contraponto para a política macroeconômica no Brasil. Existiu sempre uma prevalência da política macroeconômica e agora, com a Camex, vamos ter a discussão das políti-

cas macroeconômicas setoriais e da política exterior. Vai melhorar muito o debate entre nós.

Em relação aos TTP, acho que construíram lá um discurso eleitoral de que ia desempregar pessoas em certas áreas. Mas acho que isso não se sustenta. Eles sabem que vão exportar mais para esses países, que vão ter preferências; vão poder exportar mais para a Ásia e o Japão. E isso vai fortalecer a posição dos trabalhadores nos Estados Unidos. Agora, por uma questão eleitoral, tanto o Trump quanto a Hillary estão defendendo isso, mas acho que na realidade esse acordo, gerado segundo os moldes americanos, vai gerar uma exportação adicional de produtos americanos para a Ásia e aqui para a América do Sul que vai beneficiar os trabalhadores, em vez de prejudicar.



PEDRO PESSOA: Por que o Brasil perdeu tanto espaço na política externa de dez anos para cá?

RUBENS BARBOSA: O Brasil perdeu espaço, primeiro, porque não sabe o que quer aqui na

região. Segundo, porque adotou uma política partidária e de afinidades ideológicas. O Brasil foi a reboque de iniciativas de outros países. E também porque o Itamaraty foi esvaziado, sobretudo durante o governo da Dilma, porque ela não dava nenhuma importância à política externa. Ela marginalizou o Itamaraty, que perdeu o papel central que detinha na política econômica, de comércio exterior. E perdeu importância também porque cortaram os recursos.



HELIODORO PEREIRA DE SOUZA: Eu gostaria que o senhor comentasse sobre as muitas embaixadas que o Brasil abriu pelo mundo. Pelo que eu li, uma das embaixadas onde o País mais investiu foi em Tonga. E também gostaria que comentasse a notícia de que muitas embaixadas não tem dinheiro para se manter.

RUBENS BARBOSA: Foram criadas não sei quantas embaixadas na África, na América Cen-

tral, na Ásia. Isso aumentou muito as despesas do Itamaraty e cortaram o orçamento, que chegou a ser 0,2% do orçamento geral da União. O aumento dos quadros feito na época do Lula e a criação dessas embaixadas desequilibrou a relação de recursos, de entradas e saídas. E criou um desestímulo dentro da carreira também. E a gente ficou aqui na região sem nenhuma política e nenhuma iniciativa à altura do tamanho do País. Sobre a criação das embaixadas, Tonga é uma embaixada cumulativa, não deve ter estrutura física porque depende da embaixada da Austrália. O embaixador vai lá de vez em quando, faz umas visitas, mas não há uma embaixada. Mas como em Tonga, o Brasil tem uma embaixada numa dessas ilhas na América Central, no Caribe, onde há uma embaixada de Cuba, uma da Venezuela e a do Brasil. E esse país tem 100 mil habitantes; pode ser Santa Lúcia. Não havia, portanto, nenhum critério na criação dessas embaixadas. O critério era ter embaixada em todos os países para dizer que o Brasil tinha embaixada em todos. Talvez para obter o apoio para que ganhasse uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU. Mas eu gosto de repetir que no único momento em que essa questão do Conselho de Segurança foi efetivamente discutida, em 2005, no aniversário da criação da ONU, a União Africana fez uma reunião e, apesar de todo o esforço brasileiro de dar ênfase à África, a União Africana não votou no Brasil para que entrasse no Conselho de Segurança. Então, esse problema do aumento do número de embaixadas foi um problema sério, que ainda está sendo digerido. O Serra conseguiu R\$ 800 milhões para colocar em dia pelo menos os pagamentos de custeio dessas embaixadas. E a partir do ano que vem certamente vai aumentar a participação do Itamaraty no orçamento da União.



HÉLIO MICHELINI: Eu gostaria de saber se é possível, como está acontecendo com a Apex, aprimorar e fortalecer a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que muitas vezes agiu em completa desconexão com a Apex?

RUBENS BARBOSA: A ABC não trata de exportação, mas de cooperação técnica. Não tem nenhuma vinculação com a Apex. Mas acho que deveria ter porque a filosofia que impera hoje no Itamaraty, é que a ABC tem que responder aos pedidos dos países. Então, não temos uma política de cooperação, a gente responde aos pedidos. E eles gostam de dizer que não há nenhuma vinculação da assistência técnica que o Brasil presta com contrapartida. Deveria ter, porque a gente aqui não é a Beneficência Portuguesa. A gente tem que cuidar do dinheiro que a gente gasta. Tem que responder aos interesses desses países, mas tem que defender os nossos. Sou favorável a que a ABC seja modificada. Primeiro, que tenha mais recursos, porque cortaram mais de 50% dos recursos no ano passado. Segundo, é preciso re-



formular a missão da ABC. O Brasil tem que ter uma política ativa de cooperação, inclusive para abrir espaço para as exportações brasileiras, como todos os países fazem. A cooperação técnica não é gratuita. De novo: a gente não sabe o que quer. O nosso principal problema é saber o que quer e defender os nossos interesses antes de defender os interesses de quem quer que seja.

LUIZ ALBERTO MACHADO: Eu quero lembrar que o senhor falou que isso foi um balanço dos 13 anos de lulopetismo. Mas eu lembro também que quando a Apex fez dez anos, o presidente Fernando Henrique Cardoso disse assim: “Nós precisamos saber se queremos ser cabeça de sardinha ou rabo de baleia”. A nossa política externa não sabe o que quer. O senhor está falando que isso continuou por mais 13 anos. Acho que seria demais exigir do Temer, mas acho que isto deve ser colocado como ponto estratégico.

RUBENS BARBOSA: Tem que ser colocado e os

empresários têm um papel importante nisso. Essa disfunção já havia desde o tempo em que eu era estudante: “O Brasil tem que ser o último dos primeiros ou o primeiro dos últimos?”. A gente tem que brigar para crescer, e não para ser o primeiro dos subdesenvolvidos. No fundo, a política do PT era essa, que a gente devia liderar o eixo Sul-Sul. Ao contrário, a gente tem que entrar para a OCDE (*Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico*), temos que subir e fazer o Brasil participar das cadeias produtivas e do que está acontecendo no mundo. A gente tem duzentos e tantos milhões de habitantes, temos um grande um território, temos uma indústria que está capenga e precisa ser revigorada. É preciso reindustrializar o País. Há toda uma agenda interna que vai repercutir lá fora desde que a gente saiba o que quer. Temos que definir o que a gente quer a partir das definições internas aqui.

LUIZ ALBERTO MACHADO: Eu agradeço mais uma vez por sua brilhante exposição. Boa tarde a todos.

Presidente

Guilherme Afif

1º Vice-presidente

Vilmar Rocha

2º Vice-presidente

Diretor de Relações Internacionais

Alfredo Cotait Neto

Secretária

Alda Marco Antonio

Diretor Superintendente

João Francisco Aprá

Conselho Superior de Orientação

Presidente - Gilberto Kassab

Guilherme Afif

Henrique Meirelles

Omar Aziz

Raimundo Colombo

Otto Alencar

Claudio Lembo

Ricardo Patah

Vilmar Rocha

Guilherme Campos

Robinson Faria



Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS - Coleção 2016 - "Nova política externa"

ESPAÇO DEMOCRÁTICO - Site: www.espacodemocratico.org.br Facebook: **EspacoDemocraticoPSD** Twitter: **@espdemocratico**

Coordenação - Scriptum Comunicação - Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)

Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas

ENCONTRO DEMOCRÁTICO

**espaço
democrático**

Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

www.espacodemocratico.org.br